



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 805

00182

EMENDA Nº

_____/____/____

DATA
05/11/2017

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 805, DE 2017

TIPO
1 [] SUPRESSIVA 2 [] AGLUTINATIVA 3 [] SUBSTITUTIVA 4 [x] MODIFICATIVA 5 [x] ADITIVA

| | | | |
|--------------------------------|----------------|----------|-----------------|
| AUTOR DEPUTADO DIEGO GARCIA | PARTIDO PHS | UF PR | PÁGINA 01/01 |
|--------------------------------|----------------|----------|-----------------|

EMENDA

Art. 1º. O art. 4º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, alterado pelo art. 37 da Medida Provisória nº 805, de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação, acrescido dos incisos III e IV:

“Art. 4º

.....

I - onze por cento sobre a parcela da base de contribuição cujo valor seja igual ou inferior ao limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS;

II – doze por cento sobre a parcela da base de contribuição que exceda o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS;

III – treze por cento sobre a parcela da base de contribuição que exceda o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS; e

IV – quatorze por cento sobre a parcela da base de contribuição que exceda o triplo do limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 805/2017, além de postergar o reajuste concedido aos servidores públicos federais, eleva a alíquota de contribuição social destinada à manutenção do respectivo regime próprio de previdência social de 11% para 14%.

Desta forma, além de prorrogar o reajuste dos servidores, que sequer recompôs a inflação do período, reduz mais ainda seu poder de compra, que vem sendo degradado continuamente nos últimos anos.

Além disso, a elevação da alíquota joga nas costas do serviço público federal todo o peso do rombo da previdência, sendo que o déficit existente no setor somente reduzirá nos próximos anos e a previdência se tornará superavitária por volta do ano de 2030.

Por esta razão, não faz sentido agir de forma tão agressiva com os servidores públicos – que já passaram por diversas reformas previdenciárias, tais como idade mínima e aposentadoria limitada ao teto do RGPS para os que ingressaram a partir de 2013 –, e reduzir o seu salário de forma drástica, ainda mais na crise por que passa o Brasil.

Neste sentido, proponho a presente emenda para que a elevação da alíquota se dê de forma progressiva, assim como ocorre no imposto de renda, onerando mais aqueles que ganham mais, certo de que receberemos o apoio dos nobres pares.

| | |
|-------------------------|---------------------|
| _____/____/____ DATA | _____ ASSINATURA |
|-------------------------|---------------------|



CD/17724.82955-47